



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.308, DE 2020

(Do Sr. Marreca Filho)

Altera a Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, para dispor sobre as condições do transporte de pacientes em urgências psiquiátricas.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 8º-A A remoção e o transporte, quando necessários, dos pacientes em situação de urgência psiquiátrica, deverão ser realizados por equipe formada de médico psiquiatra e dois auxiliares de enfermagem, em ambulâncias dotadas de todos os equipamentos necessários.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor sessenta dias após sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Existem enfermidades psiquiátricas que podem cursar com agudização e agravamento dos sintomas, em alguns casos chegando a configurar urgências psiquiátricas, durante as quais o comportamento errático, autodestrutivo ou agressivo dos pacientes pode ser um risco a sua própria segurança e integridade física, bem como às de terceiros.

Em tais casos, pode ser necessária a remoção para uma instituição de saúde dotada dos recursos necessários para promover sua estabilização. Infelizmente, muitas vezes os recursos humanos e materiais empregados nessas remoções são insuficientes e inadequados, contribuindo para piorar ainda mais a situação já delicada desses pacientes.

O objetivo da presente proposição, inspirada no Projeto de Lei nº 7.659, de 2017, que foi arquivado ao final da legislatura passada, é um só: resguardar os direitos dos portadores de transtornos mentais que se encontrem nessas condições, garantindo que sua remoção e transporte sejam realizados por equipe de profissionais capacitados e em veículo corretamente equipado, medida essa que já estará contribuindo para a estabilização do quadro.

Convencido do mérito do projeto, submeto-o aos nobres pares e preço seu apoio e votos para que possa ser aprovado.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado MARRECA FILHO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 8º A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento.

§ 1º A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.

§ 2º O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento.

Art. 9º A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários.

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO
